

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.369 - RS (2019/0297579-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : **LIANA MAYAR MEDEIROS OLIVEIRA E OUTRO**  
**ADVOGADOS** : **ROSSANO HAMMES CARDOSO - RS078702**  
                  **LIANA MAYAR MEDEIROS OLIVEIRA - RS109960**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PACIENTE** : **GUILHERME SILVEIRA (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GUILHERME SILVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n. 0242666-61.2019.8.21.7000), que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 234):

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CONVERSÃO DE PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA. DECISÃO ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADA. RISCO CONCRETO À ORDEM PÚBLICA.*

*A questão atinente ao envolvimento - ou não - do paciente com o crime que lhe é imputado não é passível de exame na via estreita do habeas corpus, de sumária cognição.*

*Cuida-se o tráfico de drogas de crime grave. E a repercussão social dele decorrente, quer no âmbito da saúde pública, quer na esfera da criminalidade - potencializada pelo uso e pelo comércio de substâncias entorpecentes - está a evidenciar concreto risco à ordem pública a tornar necessária a prisão preventiva e obstar a aplicação das medidas cautelares a que alude o art. 319 do Código de Processo Penal.*

*Segregação cautelar devidamente fundamentada, fundada nas circunstâncias em que se deu a prisão em flagrante, em que os agentes policiais, diante da informação recebida de indivíduo flagrado em poder de significativa quantidade de droga de especial nocividade, e que afirmou ter buscado a substância entorpecente na residência do paciente, onde apreendida droga outra.*

*Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, afastarem a prisão cautelar, com o que o fato de ser o recorrido primário em nada obsta sua segregação*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*cautelar.*

## **ORDEM DENEGADA**

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, sendo a custódia convertida em prisão preventiva, pela suposta prática dos delitos de tráfico de drogas, associação para o tráfico e receptação qualificada, sendo apreendidas *15 porções de cocaína, pesando, aproximadamente, 7 gramas; 01 cigarro artesanal de maconha, pesando, aproximadamente, 0,9 gramas; 02 telefones celular, marcas Samsung e Apple; 01 porção de maconha, embalada em filme plástico, pesando, aproximadamente, 4,5 gramas; 02 rolos de filme plástico; 02 facas; R\$ 885,00 (oitocentos e oitenta e cinco reais), em notas de 50, 20, 10, 5 e 2 reais; 02 facas; 01 cone de trânsito; 01 placa de trânsito de pare; 01 placa de trânsito de passagem de pedestre; 01 placa de trânsito de proibido estacionar e parar; 01 placa de identificação de Rua, referente à Rua Bombeiros Voluntários; 01 placa de aviso de entrada e saída; 02 placas de perigo; 01 placa escrita sala aquecida; 01 máscara de plástico, de caveira* (e-STJ fls. 98/99).

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, haver carência de fundamentação na prisão preventiva do paciente por ter o Magistrado de primeira instância decretado a medida cautelar extrema com base na gravidade abstrata do delito, distanciando-se das circunstâncias fáticas. Aduz, ainda, estarem ausentes, *in casu*, os requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal. Destaca, também, a presença de condições pessoais favoráveis ao acusado (e-STJ fls. 3/26).

Sustenta, finalmente, que o paciente faz jus ao benefício concedido ao corréu Vicente Kuhn Koling no HC n. 535.467/RS.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem e a expedição do respectivo alvará de soltura, com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Verifica-se que o crime supostamente praticado pelo paciente tem pena máxima cominada em abstrato superior a 4 anos, perfazendo, assim, o requisito previsto no artigo 313, I, do CPP. Em relação à existência dos requisitos previstos no artigo 312, do mesmo Código de ritos, ao menos em análise perfunctória, tal questão foi devidamente fundamentada, não se verificando a existência de ilegalidade evidente, a qual ensejaria a concessão da liminar.

Isso porque, ao contrário do corréu Vicente, o ora paciente possui, além do tráfico, um outro apontamento, qual seja, receptação qualificada, sendo que também, segundo consta da decisão do Magistrado de primeiro grau, "*Guilherme já vinha sendo investigado pela participação na venda, fracionamento e recolhimento do dinheiro do tráfico*" (e-STJ fl. 100).

Sendo assim, a princípio, faz-se necessária a medida extrema para garantia da ordem pública, sendo insuficiente, ao que parece, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Quanto ao pedido de extensão dos efeitos benéficos concedidos ao corréu, cumpre ressaltar que *está sedimentado nesta Corte Superior o entendimento segundo o qual o pedido de extensão deve ser formulado nos autos do processo no qual foi prolatada a decisão cujos efeitos*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*se pretende estender, o que não se verifica na presente hipótese* (HC n. 424.399/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 23/8/2018, DJe 4/9/2018).

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Vale ressaltar que eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como residência fixa e ocupação lícita, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal estadual, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator